

internacionais contemporâneas dos países africanos”. Assim, além de um manual indispensável, *O lugar da África* constitui um estudo sólido a partir de uma perspectiva inovadora.

*Paulo G. Fagundes Vizentini*

ENGEL, Ulf. *The Foreign Policy of Zimbabwe*. Hamburg: Institute of African Affairs, 1994 (co-publicado por Southern Africa Political Economy Trust, Harare/Zimbábue), 478 p.

Com este estudo sobre a política exterior do Zimbábue, desde a independência em 1980 até o ano de 1993, Ulf Engel, cientista político alemão com especialização em África, criou uma obra extremamente relevante.

Como referenciais paradigmáticos e metodológicos, o autor recorre a uma mescla de fragmentos de abordagens diferentes. Na análise do quadro estrutural, ele tenta combinar elementos das teorias do sistema mundial, da *dependência* e da política econômica com conceitos chaves do neo-realismo. Na análise do processo da formulação e implementação da política exterior, ele toma empréstimos do behaviourismo e das teorias de burocracia, chegando a um modificado *black box model* (Easton). Mas, embora uma influência deste conjunto paradigmático seja perceptível, o estudo no seu corpo principal contém poucas reflexões teóricas ou paradigmáticas. Trata-se de um profundo estudo *empírico* da política exterior do Zimbábue.

Zimbábue entrou muito tardiamente na comunidade internacional como ator independente e soberano. Até 1965 era uma colônia inglesa sem política exterior independente. Entre 1965, quando a minoria dos colonos brancos unilateralmente declarou a independência (*UDI*), e 1980, quando a luta armada dos africanos conseguiu a independência legítima, o país ficou diplomaticamente isolado, sem relações diplomáticas normais com nenhum país do mundo, e sujeito às sanções da comunidade internacional.

Mesmo assim, para o novo governo africano, o ponto de partida na construção da sua inserção internacional foi o que o autor chama de *herança* na política exterior. A absoluta dependência econômica e infra-estrutural na África do Sul era a herança central dos 90 anos de colonialismo. As relações com o país do *apartheid* surgiram como o assunto predominante na política exterior do

Zimbábue. Não somente a identidade política e moral do novo Estado e a herança ideológica da guerra de libertação levaram a política exterior do Zimbábue a um firme anti-racismo, mas a própria política da África do Sul com respeito a Zimbábue foi percebida como uma ameaça vital à soberania do país.

Como é formulada e executada a política exterior do Zimbábue e quais são os atores principais? O livro analisa os seguintes componentes: a coleção de informação, o acesso aos quadros com poder de decisão, comunicação e processamento de informação. O que caracteriza o sistema de política exterior do Zimbábue seria uma separação de responsabilidades funcionais entre os assuntos de segurança, os aspectos políticos e econômicos da política exterior e uma distinta hierarquia entre estas três áreas. A política exterior na sua dimensão de segurança nacional é formulada e controlada pelo Presidente Executivo (R. Mugabe) e pelo Ministro de Estado para Segurança no gabinete do Presidente. A dimensão política é controlada pelo Presidente Executivo, o Ministro dos Assuntos Exteriores e o Secretário Permanente deste Ministro. Só a dimensão econômica da política exterior goza de uma participação de mais atores governamentais. Mesmo assim, a alta centralização da formulação e controle da política exterior num minúsculo grupo de pessoas, sobretudo na pessoa do Presidente Executivo Robert Mugabe, fica evidente. Os potenciais atores não-governamentais (o partido governante ZANU-PF, o Parlamento, a mídia, o setor empresarial) são considerados pouco importantes ou absolutamente irrelevantes. Como único ator não-governamental com impacto, é identificado o FMI.

O estudo oferece uma visão muito positiva e simpática da política exterior do Zimbábue. Ela se caracterizaria por um alto perfil, racionalidade, consistência, continuidade e previsão e por valores ideológicos positivos como anticolonialismo, anti-racismo, não-alinhamento e (menos importante) socialismo. E tinha relativo sucesso no seu desafio maior, ou seja, enfrentando o regime racista da África do Sul. Apesar de ter herdado uma extrema dependência deste país, especialmente nas áreas de comércio, de transporte e de investimentos, e sendo militarmente muito inferior, Zimbábue conseguiu magistralmente reduzir esta sua vulnerabilidade e se projetar como um dos principais adversários da África do Sul no subcontinente. Engel sublinha o papel destacado do Zimbábue nos conflitos da África austral, que teria feito o país *primus inter pares* entre os Estados da Linha de Frente. Grande parte deste sucesso se deveu à habilidade perfeita do país de praticar o que é chamado *African diplomacy*, isto é, contrabalançar a fraqueza estrutural no cenário internacional através de uma coordenação e harmonização da sua política com aquela dos outros países africanos e da maioria dos países do *Commonwealth* britânico. Zimbábue chegou a “tomar emprestado” poder dos outros países do Terceiro Mundo. Esta comunicação *lateral* da política exterior aumentou o poder

de barganha dos individualmente fracos países africanos e criou uma homogeneidade nas articulações relativa aos conflitos na África austral, por exemplo, no Grupo dos Estados Africanos na ONU.

Mas, embora o Zimbábue tivesse conseguido questionar a hegemonia sub-regional sul-africana, na segunda mais importante arena da política exterior, na política econômica exterior, Zimbábue agiu com pouco sucesso. Durante o período sob investigação, o país se tornou crescentemente dependente das agências financeiras internacionais, principalmente do Banco Mundial e do FMI, até o ponto em que o FMI forçou Zimbábue a adotar as bem-conhecidas medidas de *structural adjustment*.

O autor examina a política exterior do Zimbábue minuciosamente em seis áreas chaves de atuação: a) a reação à política de desestabilização da África do Sul; b) a busca para rotas alternativas de escoamento da exportação (Moçambique), segurança regional e o envolvimento no conflito em Moçambique; c) a campanha internacional para imposição de sanções contra a África do Sul; d) a cooperação econômica regional (SADCC e PTA); e) a política de cooperação na área de desenvolvimento e a dependência no Banco Mundial e no FMI; e f) as adaptações às mudanças na África austral como resultado das novas políticas da África do Sul a partir de 1990.

O enfoque nos assuntos principais da política exterior do Zimbábue, sobretudo na constelação conflituosa no subcontinente, deixa lacunas, porém insignificantes, na obra. Comentários sobre as relações entre Zimbábue e a América Latina ou Brasil, o leitor procura em vão. Nem a surpreendente visita do ex-presidente Fernando Collor ao país em setembro de 1991 entrou nesta; entretanto, excelente e exemplar documentação e análise da política exterior de um jovem país africano.

Wolfgang Döpcke

LANDAU, Alice. *Conflit et coopération dans les relations économiques internationales. Le cas de l'Uruguay Round*. Bruxelas: Bruylant/Paris: L.G.D.J, 1996, 210 p.

Quando a Rodada Uruguai foi lançada em setembro de 1986, muitos não viam muito claro como algo tão ambicioso pudesse algum dia cumprir com seus objetivos. Bastava uma rápida leitura da Declaração de Punta del Este para que